

Um Breve Histórico Sobre a Seção de Tradutores e Intérpretes de Libras da Universidade Federal de Pelotas

A Brief History about the Brazilian Sign Language Translation and Interpretation Department at the University Federal of Pelotas

Daiana San Martins Goulart - Universidade Federal de Pelotas

Juliana Sanches dos Santos- Universidade Federal de Pelotas

Nádia dos Santos Gonçalves Porto- Universidade Federal de Pelotas

RESUMO

Este artigo apresenta o percurso histórico da Seção de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais Libras da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL: trajetória de lutas, desafios e conquistas em torno da consolidação desse setor e do profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) dentro da Universidade. Para isso, realizamos um relato a partir das experiências por nós vivenciadas, buscando resgatar os principais acontecimentos que fomentaram a consolidação dessa profissão, nesse espaço, por meio de uma proposta inclusiva. Constatamos que essa Seção emergiu em meio às reivindicações da comunidade surda acadêmica na busca por espaço, reconhecimento e qualificação dos TILS.

Palavras-chave: tradução, interpretação, história, Libras, UFPEL.

ABSTRACT

This article presents a historical excursus of the Brazilian Sign Language Translation and Interpretation Department at the Federal University of Pelotas (UFPEL), expatiating the trajectory of struggles, challenges and achievements surrounding the consolidation of this department and of the professional translator/interpreter at the university. To do so, we produced a narrative starting from our own experiences in this career, bringing out the most relevant events that promoted the consolidation of this profession in this space through an inclusive proposal. It was found out that this department emerged amidst the claims of deaf academic community, in search of space, recognition, and qualifications of the professionals translators interpreters.

Keywords: translation interpretation, history, Brazilian Sign Language, Federal University of Pelotas

INTRODUÇÃO

Apresentaremos, neste texto, um relato sobre o processo de constituição da Seção de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Libras – da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, buscando refletir sobre os caminhos percorridos, os desafios e as lutas em busca de reconhecimento e valorização profissional dos Tradutores Intérpretes de Libras – TILS – nessa Universidade.

Quadros (2004) define o TILS como a pessoa que traduz e interpreta da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, seja ela na modalidade oral, seja na modalidade escrita. Para Lacerda (2009), “é possível considerar que o tradutor e o intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem cruze a 'barreira linguística' entre as duas comunidades” (p.16), tratando-se, no caso do TILS, das comunidades surda e ouvinte.

A escrita deste artigo baseia-se nas nossas vivências enquanto participantes da criação, da administração e da implementação da Seção de Tradutores Intérpretes de Libras como agentes na construção dessa história, contribuindo para a consolidação do profissional TILS, tanto na gestão quanto no desempenho da função em diferentes espaços institucionais.

As conquistas da comunidade surda e as políticas de inclusão trazem aspectos legais que obrigam a presença dos TILS nas universidades, assim como posto na Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), que cria o cargo de *Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais* nas Universidades Federais. Porém, na UFPel, isso ocorre somente em 2010, com o recebimento das vagas para tal cargo. Com isso, o TILS passa a pertencer ao quadro efetivo de servidores como Técnico Administrativo em Educação, nível médio, classificação D, tendo, como requisito para ingresso, o Ensino Médio completo e a Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras.

Conforme acima mencionado, a denominação desse cargo está descrita na lei 11.091/05 como Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais. No entanto, neste texto, optamos por nomear o cargo como Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais por entender Libras como uma língua e, também, como um posicionamento político pelo reconhecimento dessa língua enquanto meio de comunicação e expressão das

comunidades surdas brasileiras, conforme a Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002), bem como pela trajetória da constituição do TILS, das lutas pela conquista de um espaço de atuação e pelo reconhecimento profissional.

UM RESGATE HISTÓRICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EMERGÊNCIA DA SEÇÃO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.

A história dos Tradutores Intérpretes da UFPel está imbricada na história da Comunidade Surda da cidade. A seguir, pontuaremos, de forma cronológica, alguns acontecimentos que antecederam a criação da Seção de Tradutores Intérpretes de Libras e que demonstram como a comunidade surda e os TILS construíram seu espaço nessa universidade.

Em 2001, a Professora Janie Cantarelli Amaral, lotada no antigo Instituto de Letras e Artes (atual Centro de Letras e Comunicação – CLC), dá início a um projeto de pesquisa e extensão de língua portuguesa como segunda língua para surdos, aproximando a Universidade e a Comunidade Surda dessa cidade. O projeto intitulado “Escola Inclusiva: a construção de um paradigma com base na provisão dos recursos educacionais necessários aos alunos portadores de restrição auditiva parcial ou total e no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua” envolve alunos surdos incluídos em escolas regulares. Esses alunos participam de atividades de apoio pedagógico/linguístico, português como segunda língua, que é ministrado por tutores/pesquisadores, alunos da graduação da universidade e/ou intérpretes. Há, também, o trabalho de pesquisa com professores nas escolas inclusivas e inaugura-se um grupo de estudos sobre questões relacionadas ao bilinguismo – Libras/Língua Portuguesa – e a inclusão de surdos. Assim, o projeto fomenta o assunto dentro do espaço acadêmico local, promovendo eventos regionais e internacionais, bem como cursos de Libras dentro da UFPel.

Em 2002, ingressa o primeiro aluno surdo no curso de Pedagogia, através do Programa Especial para Formação de Professores em Serviço nas Redes de Ensino da Região. Inicialmente, uma bolsista atua como intérprete de Libras, pois na época não havia o cargo de TILS nas Universidades Federais. Mesmo não sendo essa a forma mais adequada de proporcionar a acessibilidade desse aluno, é a medida possível para aquele momento. Posteriormente, há a contratação de uma intérprete para desempenhar tal função.

No ano de 2006, ingressa na universidade a professora Madalena Klein, que inicia as pesquisas na área da Educação de Surdos, fomentando o acesso de novos surdos na Pós-Graduação. No ano de 2008, duas surdas são aprovadas em uma Especialização na área da Educação. Nesse mesmo ano, é inaugurado o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI – por meio do Projeto Incluir, do Ministério da Educação, que surge com o objetivo de fomentar ações, de modo a garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior, via núcleos de acessibilidade que asseguram a inclusão das pessoas com deficiência à vida acadêmica.

No ano seguinte, um aluno surdo é aprovado no Mestrado em Educação e são contratados dois TILS temporários em regime de contratação por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA. Com o aumento expressivo no ingresso de alunos surdos na instituição, nesse ano, ocorre o primeiro concurso na UFPEL para o cargo de Tradutor Intérprete de Libras e, também, para professor de Libras. Nessa seleção há o ingresso de um docente surdo. Também, em 2009, em conjunto com a Associação de Surdos, realiza-se um debate sobre o Documento Referência para a Conferência Nacional de Educação – CONAE. Trata-se de um momento importante em que se discute as demandas de acessibilidade para a região, dentre elas a necessidade de ações referentes à formação de intérprete e ampliação de profissionais na área.

Em 2010, ingressam na UFPEL dois docentes surdos: um para atuar na educação a distância, lotado no Centro de Educação a Distância – CEAD, e outro para atuar na educação presencial, lotado no Centro de Letras e Comunicação – CLC. Além desses profissionais, são nomeadas duas professoras ouvintes, sendo uma delas a professora C, que mais tarde torna-se coordenadora do NAI, e duas Tradutoras Intérpretes que ficam lotadas nesse mesmo Núcleo.

No último semestre de 2011, ingressam na Universidade 13 alunos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais. Devido à crescente demanda por acessibilidade linguística desses sujeitos, nos diversos espaços da instituição e a fim de proporcionar acesso aos conteúdos ministrados em sala de aula, inicia-se, de forma emergencial, a solicitação de terceirização da prestação de serviço de TILS, via pregão. O processo de licitação tramita de 31 de março a 28 de novembro de 2011 e, nesse período, como há apenas duas profissionais efetivas, os demais TILS são contratados por horas trabalhadas e pagos por RPA.

Por meio dessa licitação, incorporam-se à equipe da universidade mais seis Tradutores Intérpretes de Libras, com a carga horária de vinte horas semanais. Essa medida de emergência para a contratação de profissionais, via licitação, resolve apenas

temporariamente a escassez de recursos humanos, levando em consideração o prazo limitado de contratação por um ano, renovável por mais um.

Assim, visando ampliar a oferta do serviço de Tradução e Interpretação, além de contemplar a acessibilidade linguística dos surdos na instituição, em 2013, por meio do edital nº 59/2013, realiza-se o segundo concurso para Tradutores Intérpretes de Libras, ingressando mais sete TILS na universidade.

Com a ampliação do quadro funcional de Tradutores Intérpretes, torna-se emergente a criação de um setor que trate especificamente do serviço de tradução e interpretação de língua de sinais. Diante disso, o setor fica responsável por organizar a vida funcional dos profissionais atuantes na acessibilidade linguística da comunidade surda da instituição; esclarecer sobre o papel/função desses profissionais, dialogar com os alunos surdos, professores e coordenação de curso, entre outros aspectos referentes à atuação dos Tradutores Intérpretes. Nesse contexto, surge a Seção de Tradução Interpretação de Libras na UFPel, no ano de 2013, e é nomeada para administrar a seção a servidora TILS 1, uma das intérpretes que assumira o cargo após o primeiro concurso realizado em 2010. Essa servidora permanece na função até o primeiro semestre de 2015. Em meio à criação da Seção e buscando regulamentar o trabalho desempenhado pelos profissionais nessa área, na Universidade, a Seção de Tradução Interpretação elabora um documento visando à regulamentação do trabalho em dupla¹, função que vinha sendo amparada pela Universidade, mas que ainda não estava regulamentada. Essas são as primeiras conquistas para a Comunidade Surda acadêmica da UFPel e, também, para os Tradutores Intérpretes que ingressam na instituição comprometidos com a acessibilidade linguística dos alunos.

Em meio a todas essas conquistas e buscando ampliar as ações de formação, bem como contemplar o acesso de alunos com surdocegueira nos cursos ofertados pela instituição, no ano 2014, quatro Tradutores Intérpretes da equipe de tradução realizam, na cidade de São Paulo, uma formação para atuar como Guia-Intérprete, sendo esse o profissional que atua na intermediação linguística da pessoa com surdocegueira, utilizando estratégias de comunicação que contemplam as particularidades de cada surdocego². Com isso, cria-se um diferencial na formação dos profissionais dessa

¹ Essa prática consiste na atuação em duplas ou trios e ocorre por meio do revezamento a cada 20 minutos: enquanto um profissional realiza a interpretação, o outro fica a sua frente observando, atentamente, o transcurso da atividade e o apoiando na interpretação.

² A comunicação da pessoa com surdocegueira pode ocorrer por meio de Libras tátil, Tadoma, Libras em campo reduzido, fala ampliada, dentre outras formas de comunicação que visam proporcionar-lhe acessibilidade linguística.

universidade, uma vez que são poucas as instituições no estado que possuem, em seu quadro funcional, profissionais habilitados para trabalhar nessa área.

Em busca de trocas de experiências com Tradutores e Intérpretes que atuam em outras instituições de Ensino Superior, realiza-se, nesse ano, o I Encontro de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Esse encontro tem como objetivo reunir Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais efetivos das Instituições Federais de Ensino, possibilitando trocas sobre a atuação e as articulações institucionais entre esses profissionais, dentro das universidades e dos institutos federais. Busca-se fomentar a discussão e a reflexão sobre os principais desafios e conquistas, com o intuito de pensar alternativas coletivas para consolidar, promover e qualificar a carreira.

Em 2015, ocorre uma reestruturação do NAI e, em função disso, há uma troca de pessoas que desempenham o cargo de chefia, tanto do Núcleo quanto da Seção TILS. Com isso, assume o cargo de chefe da Seção TILS 2, a Tradutora Intérprete de Libras que ingressara no ano 2013, e que dá continuidade ao trabalho desenvolvido na gestão anterior, buscando contemplar outras necessidades do trabalho desempenhado pelos TILS. O documento referente ao trabalho em dupla é retomado e se acrescenta ao texto a importância de um horário destinado para o estudo dos conteúdos a serem traduzidos em sala de aula, eventos, entre outras demandas da Universidade em que se faz necessária a presença de TILS para intermediar a comunicação.

Além desse documento, dá-se início à elaboração de um regimento buscando criar uma política institucional que assegure os direitos e deveres dos Tradutores Intérpretes na instituição. A inspiração para organização desse documento surgiu a partir de reivindicações dos profissionais relativas aos limites de atuação e às delimitações das suas funções, uma vez que, embora existam algumas normativas e leis que regulamentem a atuação desses profissionais no país, esses documentos não tratam das particularidades e dos diferentes níveis de ensino, ficando, muitas vezes, a critério das instituições definir junto aos profissionais formas de trabalho que contemplem sua atuação nesse espaço.

No entanto, a tarefa de organizar um documento para regimentar a Seção não está sendo uma tarefa simples, pois requer várias reuniões e discussões com os profissionais que compõem esta Seção, além de constantes reflexões sobre a dinâmica de atuação na Universidade. Paralelo a isso, existe a preocupação quanto ao que está previsto na legislação sobre a atuação desses profissionais e aquilo que a instituição necessita para que a acessibilidade linguística contemple as necessidades dos surdos, que constituem a comunidade acadêmica.

A busca por regulamentação das atividades desses profissionais culminou, no final do ano de 2016, com a portaria nº 1.668 de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o trabalho em dupla e o horário de estudo dos TILS. Essa foi uma conquista ímpar para os profissionais que atuam na UFPel, pois são poucas as universidades do país que têm essa forma de trabalho regulamentada. Além de contemplar as necessidades do trabalho dos profissionais que aqui atuam, esse documento vem servindo de referência para a consolidação do trabalho dos intérpretes de outras instituições de ensino, respaldando a atuação profissional.

No ano de 2016, um novo revezamento dos profissionais acontece com a troca das chefias do NAI e da Seção de Tradutores Intérpretes de Libras, assumindo essa função a TIL 3. Nesse período, há uma problematização, por parte dos componentes da equipe, sobre a continuidade de um TILS na função de chefia, ou se essa deveria ser assumida por uma pessoa de fora do grupo. Após uma avaliação, opta-se por manter na chefia um membro da equipe, pois se acredita que esse tem os conhecimentos necessários para conduzir as atividades relacionadas ao desempenho dessa função. A escolha do chefe da seção ocorre por meio de votação e indicação do grupo TILS, juntamente com o apoio das chefias de instâncias superiores.

Nos últimos anos, a demanda por tradução/interpretação aumenta exponencialmente. Além do ingresso de novos alunos nos cursos de graduação e pós-graduação, dos novos professores surdos, da ampliação das políticas de acessibilidade e inclusão no país e das demais perspectivas na Universidade sobre a inclusão do aluno surdo no Ensino Superior e a sua acessibilidade linguística, ocorre a contratação de novos profissionais. Ingressam, assim, dois contratados temporários, por dois anos, e três contratados por meio de RPA, que atuam na instituição por três meses. Tem-se, nessas contratações, outro avanço significativo, pois esses últimos contratos exigem nível superior. Essa é uma reivindicação da categoria, que passa a ser reconhecida, em 2015, por meio da Lei nº 13.146/15 (Brasil, 2015). Essa legislação prevê, em seu capítulo IV, que trata do direito à educação, art. 2º, inciso II, que a formação desses profissionais deverá dar-se em nível superior, quando destinados a atuar nesse nível de ensino. Os últimos ingressos, via concurso, na Universidade, exigiam nível médio, no entanto a equipe dialoga com a atual administração para que as próximas seleções para o cargo efetivo ocorram em nível superior, como previsto em na lei, sendo essa uma tendência nacional que vai ao encontro de uma demanda da Comunidade Surda do país, das federações e associações de TILS.

Atualmente, a equipe de tradução/interpretação é composta por 11 profissionais: nove são efetivos e dois contratados em regime temporário com, no

máximo, dois anos de duração. Mesmo com a ampliação do quadro de servidores, ainda não é possível proporcionar acessibilidade linguística aos alunos surdos em todos os espaços da instituição e, com isso, estabelece-se como prioridade o atendimento em sala de aula. Outras atividades, que fazem parte da formação desses alunos, muitas vezes, não são contempladas, pois não há profissional disponível para atender todas as demandas.

Nos últimos anos, ocorrem algumas ações com o intuito de oportunizar o ingresso de alunos surdos nos diferentes cursos da instituição. Entre essas ações, o vestibular específico para alunos surdos, no curso de Administração, que acontece em 2017, por meio do edital nº 006 de 2017, e o ingresso, por meio de cotas destinadas às pessoas surdas, no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Além dessas seleções, há também o ingresso por meio dos processos seletivos regulares. Essas ações têm como objetivo ampliar as oportunidades de acesso dos alunos surdos ao Ensino Superior, ocasionando aumento da demanda por tradução e interpretação e exigindo, novamente, dos gestores dessa instituição, as providências quanto à ampliação do quadro funcional de profissionais para atuar nessa área.

AS CONQUISTAS E AS LUTAS FIRMADAS EM BUSCA DO RECONHECIMENTO, DA VALORIZAÇÃO E DE CONDIÇÕES DE TRABALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

A construção desse espaço de atuação para os TILS na Universidade dá-se em meio a constantes lutas e tensionamentos pela busca de reconhecimento, valorização e adequadas condições de trabalho dentro da instituição.

Inicialmente, a busca centra-se no ingresso de mais profissionais, visto que apenas duas intérpretes não conseguem dar conta de atender a demanda de alunos e professores surdos, que rapidamente aumentava. Nesse começo, há vários percalços que impactam profundamente a atuação dessas primeiras TILS: a sobrecarga de trabalho, bem como o trabalho sem apoio, ocasionando alguns problemas de saúde e as impossibilitando de, por alguns momentos, exercerem a função.

Em meio a esses percalços, o grupo de surdos que frequenta a Universidade trava uma luta em busca de acesso a esse espaço acadêmico. Paralelo a isso, a instituição busca, administrativamente, uma forma de contratar outros profissionais, embora o tempo de tramitação dos procedimentos administrativos acabem por gerar várias lacunas, tanto no acesso dos surdos à instituição quanto no que tange às condições de

trabalho dos profissionais que nela atuavam. Conforme Lebedeff, Santos, e Silva (2014, p. 73), tratando-se de memórias do NAI:

[...] não são apenas memórias de gestão. São memórias de conquistas, desafios, conflitos, eventos, e muito mais. [...] é um pequeno recorte das correrias semanais, das soluções produzidas em telefonemas, das ginásticas diárias para dar conta da acessibilidade em uma instituição pública com protocolos muito rígidos de contratação de serviços e de recursos humanos (Lebedeff, Santos, & Silva, 2014, p. 73).

Esse movimento, permeado pelas reivindicações dos surdos e dos TILS, pela acessibilidade linguística na universidade, culmina na contratação de intérpretes, conforme já mencionado. O ingresso desses novos profissionais para trabalhar com as outras intérpretes efetivas da Universidade propicia, além da ampliação dos atendimentos aos surdos, a continuidade do trabalho em dupla e também um horário destinado para o estudo dos materiais a serem traduzidos.

Essa dinâmica qualifica o trabalho que vinha sendo desempenhado e possibilita outras ações referentes ao atendimento prestado às pessoas surdas, incluindo nesse trabalho a atividade de transcrição³, para Língua Portuguesa escrita, de textos sinalizados pelos alunos surdos, que têm a possibilidade de se expressarem em sua primeira língua – atividade esta cuja continuidade não ocorre porque requer uma carga horária maior do que a disponível, mas que vem sendo pauta de discussões e será retomada assim que houver o ingresso de novos membros na equipe. Isso exige, também, a qualificação desses profissionais para o desempenho da atividade, que envolve técnicas específicas.

Com a ampliação das discussões em torno das políticas de inclusão, passa-se a discutir a permanência dos alunos surdos na instituição. Com isso, ampliam-se as iniciativas para que os atendimentos completem de forma efetiva a acessibilidade linguística dos surdos, uma vez que as exigências da comunicação por meio da língua de sinais extrapolam o contexto de sala de aula, incluindo saídas de campo, grupos de pesquisa, estágios, acesso aos meios digitais, editais de seleção, dentre outras atividades.

Com vistas a contemplar a proposta de acesso e permanência dos alunos que já estão inseridos no sistema de ensino e também o ingresso de novos alunos, a Seção de Tradução e Interpretação vem articulando, junto à gestão, a abertura de processos

³ Esta atividade não se atém a uma revisão linguística propriamente dita, é um processo tradutório que consiste na tradução da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa escrita. Há uma adequação de uma língua que se configura de forma visuoespacial para outra língua oral na sua modalidade escrita, respeitando as particularidades das línguas envolvidas.

seletivos para o ingresso de novos e efetivos TILS para compor o quadro funcional e continuar atendendo as demandas da instituição, de maneira a abranger outros atendimentos relativos à acessibilidade linguística que venham a ocorrer. Nesse sentido, Lacerda e Poletti (2000, p. 1) argumentam que:

A presença de um intérprete de língua de sinais não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda. (Lacerda & Poletti, 2000, p. 1)

A presença do intérprete em uma instituição que pretende ser inclusiva é a possibilidade de o surdo ter acesso aos conhecimentos na sua língua, no entanto, a simples presença desse profissional não dá garantia de aprendizagem significativa por parte do estudante. Assim, a inclusão do surdo na universidade é transversal, ou seja, a responsabilidade passa a ser institucional, não tornando o TILS o único agente de acessibilidade e sua atuação como mero cumprimento legal, mas como parte de uma proposta de inclusão construída coletivamente. A presença do surdo requer mudança não só na sala de aula, mas na instituição como um todo.

Além da ampliação da oferta do trabalho de tradução/interpretação como forma de contemplar a acessibilidade linguística das pessoas surdas na instituição, existe a preocupação, por parte da equipe de TILS e da instituição, com a qualificação desses profissionais, tanto em nível de capacitação, quanto de formação continuada. Além das formações que ocorrem na UFPel, a Universidade também custeia outras capacitações em áreas que contribuam para o desempenho do trabalho desse profissional, visto que eles atuam em diferentes áreas e muitas delas distintas da sua formação, o que exige conhecimento amplo sobre diversos assuntos. Nessa direção, Lacerda (2011, p. 7) argumenta sobre a difícil tarefa de traduzir e interpretar, afirmando que cabe ao profissional TILS conhecer “diversos tipos de textos, variando autores, épocas, propósitos, terminologias pertinentes a cada área a que vai se dedicar, como bagagem obrigatória para exercer com qualidade sua função”.

Há várias discussões em torno da formação desses profissionais no país. Algumas pesquisas apontam para a necessidade de uma formação específica na área de tradução e interpretação, no entanto, reconhecem que a oferta desses cursos ainda é incipiente. Outras pesquisas defendem a atuação desses profissionais por área de formação, incluindo-se um diferencial para aqueles que atuam no campo educacional e, ainda, aquelas que defendem que a formação dos TILS deve ser ampla e plural, visto que eles atuam em distintos espaços.

É nesse sentido que, com o objetivo de proporcionar qualificação profissional, em 2017, por meio de um projeto de extensão, a equipe de TILS da UFPel, em parceria com outras instituições e institutos federais, organiza um curso de aperfeiçoamento voltado para os profissionais que já atuam nessa área. Essa formação tem por objetivo aprimorar as técnicas e os conhecimentos adquiridos em outras formações. O curso ocorre quinzenalmente e os encontros são ministrados em Língua Brasileira de Sinais, visando atender todos os inscritos e também o público de pessoas surdas que atuam com tradução e interpretação. Esse curso é de grande importância, uma vez que são raras as formações continuadas no país destinadas à tradução e interpretação em língua de sinais.

Além das formações continuadas, prioriza-se, na Seção de TILS, as formações em nível de graduação e pós-graduação. Dos nove profissionais que compõem o quadro efetivo e que entram por meio de concurso público, que exige formação em nível médio com proficiência na área de tradução e interpretação de Libras, todos ingressam com graduação ou a concluem posteriormente ao ingresso; alguns concluem o mestrado e os outros estão em busca de formação por meio de pós-graduação *stricto sensu*. Além das qualificações da equipe em diferentes níveis acadêmicos, há uma busca constante por formação continuada, visto que a ampliação ou aquisição de novas aprendizagens qualificam a prática desses profissionais, contribuindo para a ampliação do vocabulário e, também, para o acréscimo de novos conhecimentos.

Conforme já mencionado, atualmente há uma movimentação nacional para que as instituições de Ensino Superior exijam formação compatível com a atuação dos TILS. No entanto, outra preocupação é como seriam enquadrados os profissionais que ingressaram em nível médio e desempenham a mesma função. Essas discussões são parte de uma profissão que surgiu e que se consolidou em meio às lutas das Comunidades Surdas por acessibilidade linguística, sobre a qual ainda tem muito a ser discutido e regulamentado, não somente nas instituições de Ensino Superior, mas em todas as esferas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seção de Tradução e Interpretação de Libras surge na UFPel para suprir uma demanda da Comunidade Surda, pois é uma forma de acesso dos alunos pertencentes a tal Comunidade. Com isso, o trabalho do TILS é institucionalizado e os usuários desse serviço adquirem mais segurança em suas ações.

No decorrer dos anos, as práticas de inclusão ampliam-se para além da presença dos TILS em sala de aula e começam a criar alternativas que contemplem o acesso das pessoas surdas em vários âmbitos da Universidade e em espaços de discussão que, até então, eram compostos somente por ouvintes. Assim, contemplem a acessibilidade para além dos TILS, com a proposta de outras ações de acesso e permanência, que não tornam esse profissional o único agente da inclusão, mas fazem da inclusão uma responsabilidade institucional.

Essa nova perspectiva em torno da pessoa surda e do acesso e permanência dessa nas universidades passa a exigir a ampliação do quadro funcional dos Intérpretes de Libras, uma vez que a tradução e interpretação deixa de acontecer somente em sala de aula e passa a fazer parte da acessibilidade comunicacional, contemplando outros espaços, dentre eles os *sites*, editais e os demais meios de comunicação institucionais. Da mesma forma que se ampliam as participações dos alunos surdos nos eventos da Universidade, tais como: saídas de campo, semana integrada, estágios e pesquisas que são parte da vida acadêmica dos discentes em geral.

A partir da constituição de uma Seção, a profissão TILS institucionaliza-se e oportuniza um espaço de articulação política, valorizando o trabalho que vem sendo desempenhado por esses profissionais e ampliando as práticas de ingresso e permanência das pessoas surdas. As ações desempenhadas pela Seção transformam a acessibilidade dos surdos em uma responsabilidade compartilhada, uma vez que apenas a inserção do TILS em sala de aula não soluciona todas as necessidades desses alunos, reconhecendo que, para isso, é preciso o implemento de uma política de educação inclusiva que contemple as particularidades linguísticas e culturais da pessoa surda, o que envolve ações que vão além do trabalho de Tradução e Interpretação. Por fim, o percurso histórico mostra que, em meio a conquistas e percalços, há a busca pela ampliação, pelo acesso e pela permanência do surdo no Ensino Superior, pela implementação do serviço de Tradução e Interpretação de Libras, pela qualificação desse trabalho e pelo reconhecimento dos profissionais que desempenham essa função.

REFERÊNCIAS:

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em 30 de outubro de 2018.

Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 de dez. de 2000. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em 29 de outubro de 2018.

Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 29 de outubro de 2018.

LACERDA, C. B. F. (2009). *Intérpretes de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação.

LACERDA, C. B. F., & POLETTI, J. (2000). *A escola inclusiva para surdos: A situação singular do intérprete de língua de sinais*. UNIMEP. Disponível em <http://27reuniao.anped.org.br/gt15/t151.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2018.

LEBEDEFF, T. B., SANTOS, J. S., & SILVA, M. M. (2014). Acessibilidade para a comunidade acadêmica surda da UFPel: Memórias de uma experiência. In: PIECZKOWSKI, T. M., & NAUJORKS, M. I. (Orgs). *Educação, Inclusão e Acessibilidade: Diferentes contextos* (pp. 73-101). Chapecó: Argos.

QUADROS, R. (2004). *O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP.

Universidade Federal de Pelotas. Portaria nº 1.668 de 26 de dezembro de 2016. Regulamenta a atividade de Tradução e Interpretação em duplas e carga horária destinada para o estudo dos materiais a serem traduzidos. Disponível em http://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1668_2016.pdf. Acesso em 29 de junho de 2020.

Sobre os autores

Daiana San Martins Goulart

Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Especialista em Educação: Ênfase em Educação de Surdos pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e Mestre em Educação pela ULBRA. Tradutora Intérprete de Libras na UFPEL.

E-mail de contato: daianasmgoulart@gmail.com

Juliana Sanches dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e Bacharela em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Especialista em Educação de Surdos pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Tradutora Intérprete de Libras na UFPEL e Professora de Libras na Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.

E-mail de contato: ilsjujusanches@yahoo.com.br

Nádia dos Santos Gonçalves Porto

Graduada no curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Católica de Pelotas (2007) e no curso de Letras/Libras Bacharelado pela Universidade Federal de Santa

Catarina (2012). Pós-graduada Lato Sensu em Educação de Surdos pela Universidade Federal de Pelotas (2013). Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Pelotas – PPGEMAT (2019). Tradutora Intérprete de Libras na UFPEL.
E-mail de contato: nadia.porto.ufpel@gmail.com

Recebido em 5 de novembro de 2018

Aprovado em 20 de janeiro de 2019